



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões

A inserção profissional de recém-graduados do ensino superior: uma realidade heterogénea.

MORAIS, César Augusto Lima

Mestre em Sociologia

Universidade Nova de Lisboa

cesar.morais@mail.telepac.pt

Resumo

Esta comunicação parte da análise de dados quantitativos que ilustram as experiências profissionais de licenciados da Universidade de Lisboa (UL) e da Universidade Nova de Lisboa (UNL) em diversas áreas de formação académica, cinco anos após a finalização do curso. Em torno da discussão da noção de empregabilidade e da sua operacionalização, apresentam-se as distintas realidades de inserção profissional que caracterizam cada área de formação académica.

Abstract

This communication starts from the analysis of quantitative data that illustrate the professional experiences of graduates of the University of Lisbon (UL) and New University of Lisbon (UNL) in several areas of academic training, five years after the completion of their course. Around the discussion of the concept of employability and its implementation, we present the different realities that characterize the transition from school to work for each area of academic training.

Palavras-chave: Sociologia, empregabilidade, inserção profissional, diplomados do ensino superior.
Keywords: Sociology, employability, transition from school to work, graduates of higher education.

PAP0912

1. A inserção profissional de graduados do ensino superior e o conceito de empregabilidade

O ciclo económico negativo que enredou a sociedade portuguesa nos últimos anos, combinado com alterações estruturais no mercado de trabalho que o antecediam, são, simultaneamente, causa e efeito de uma reconfiguração das relações laborais entre empregadores e empregados. Tal evolução, que se verifica em vários países, afecta negativamente tanto o acesso ao mercado de trabalho quanto a estabilidade e segurança dos empregos, especialmente junto da população jovem que inicia o seu processo de transição para o mercado de trabalho.

Uma evidência destas alterações é a perda da linearidade que caracterizava a sequência escolaridade-emprego nas últimas décadas do século XX, ou seja, passamos de um cenário onde o investimento pessoal na formação assegurava uma inserção profissional previsível (Saúde e Delgado, 2004), para outro onde a transição da escola para o mercado de trabalho assume contornos sinuosos ou, até mesmo, labirínticos (Alves, 2009). Também devemos assinalar que um outro resultado visível da actual conjuntura é um desemprego sistémico e percentualmente elevado, especialmente entre os mais jovens.

Porém, entre a população jovem, a inserção profissional dos graduados do ensino superior assume contornos “bem mais suaves do que alguns discursos nos pretendem fazer querer” (Alves, 2009, p.29), ainda que esta população não se furte a experimentar alguns dos efeitos assinalados atrás, a evidência empírica produzida por inúmeros estudos é “pouco compatível com as digressões dramáticas e sensacionalistas que frequentemente compõem o *mundo da notícia e da opinião*” (Chaves, Morais e Nunes, 2010). De facto, se um diploma já não representa um passaporte para um emprego, ainda se afirma como um recurso valioso no mercado de trabalho e contribui significativamente para a empregabilidade de quem o detém.

Acreditamos que conhecer de forma rigorosa a empregabilidade de cada curso do ensino superior se assume como fundamental para a elaboração de estratégias pessoais, académicas e políticas, assim como para informar o debate público sobre o (des)emprego.

O conceito de empregabilidade pode ser definido como a capacidade dos indivíduos para procurarem activamente e obterem uma actividade profissional remunerada. Acrescentamos que os indivíduos contribuem para a sua própria empregabilidade essencialmente através da formação profissional de que dispõem, entendida como um “conjunto de actividades através das quais as pessoas adquirem ou aprofundam conhecimentos ou competências profissionais e relacionais, com vista ao exercício de uma ou mais actividades profissionais, a uma melhor adaptação às mutações tecnológicas e organizacionais e ao reforço da sua empregabilidade” (INE, 2006). Esta sugestão de uma relação directa entre educação e emprego pode ser enquadrada nas teorias do capital humano (Schultz, 1963) que encaram a educação como o principal catalisador do desenvolvimento económico dos Estados e da empregabilidade dos indivíduos. Esta visão unidimensional de empregabilidade é perfilhada pelo próprio Ministério da Educação (ME) português que recentemente adopta este termo no despacho de 11 de Junho 2012 (artº 7º), com o propósito de fixar o número de vagas do ensino superior. O ME estabelece que “sempre que uma instituição pretenda aumentar o número de vagas de um par instituição/ciclo de estudos deve demonstrar, fundamentalmente, que o nível de desemprego nesse par é inferior ao nível geral de desemprego dos diplomados com curso superior” (ME, 2012, p.5). Essa aferição é realizada atendendo ao número de diplomados inscritos num centro de emprego face ao número total de diplomados.

Sem negar a validade do pressuposto central do conceito de empregabilidade – encontrar um emprego – e a sua relação próxima com a escolaridade, sugerimos porém que a mensuração da empregabilidade não se deve esgotar no facto de encontrar, ou não, um emprego, nem tampouco que essa situação se traduz numa inscrição num centro de emprego. Encaramos assim a empregabilidade como um conceito multidimensional onde, além do sucesso em se encontrar um trabalho remunerado, se deve incluir também o tempo necessário para o fazer, assim como algumas das características desse trabalho, procurando assim criar um perfil de empregabilidade através de um indicador que concatena várias dimensões.

Assim, o propósito geral desta comunicação passa por, a partir de uma reflexão sobre o conceito de empregabilidade e da sua operacionalização, identificar os perfis de empregabilidade dos licenciados nas

várias áreas científicas de formação, tendo por base o caso dos licenciados na Universidade de Lisboa (UL) e na Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Este objectivo tem forçosamente subjacente a análise da adequação entre o mercado de formação de nível superior e o mercado de trabalho. Sabendo porém que as trajetórias de inserção profissional dos licenciados em análise são influenciadas por uma série de factores que extravasam esta análise, desde logo, aspectos pessoais (percurso escolar, outros recursos e competências pessoais, origem social, conhecimentos acerca do mercado de trabalho e da oferta de emprego, localização e mobilidade geográfica), contextuais (situação do mercado de emprego, conjuntura económica) e, também, formativos (diferentes currículos universitários, roteiro de competências desenvolvidas, estruturas de apoio à inserção profissional).

2. Os licenciados UL/UNL

Esta comunicação parte dos dados recolhidos pelo projecto “Percurso de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho” (PTDC/CS-SOC/104744/2008), sediado no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (CESNOVA), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e coordenado por Prof. Dr. Miguel Chaves. Trata-se de um projecto que reúne vários investigadores portugueses que, na última década, têm trabalhado sobre a inserção profissional dos recém-graduados. Embora esteja longe de contemplar a totalidade dos diplomados em Portugal, este projecto de investigação debruça-se sobre dois dos principais pólos do ensino superior público português – a UL e a UNL – e procura observar os licenciados que completaram as suas licenciaturas no ano de 2004/2005, distinguindo as várias áreas de formação académica. A pesquisa tem como principal propósito conhecer os percursos de inserção profissional dos graduados do ensino superior e a forma como se relacionam com o trabalho e com a sua própria situação laboral. A recolha de informação foi realizada através da aplicação telefónica de um inquérito extensivo. A amostra (1004 licenciados) seguiu procedimentos aleatórios e é representativa do universo (4290 licenciados) com um erro máximo estimado de 2,71% para um intervalo de confiança de 95% e uma taxa de sondagem de 23,4%. Foram recolhidas informações para três momentos temporais distintos: 1 ano, 3 anos e, aproximadamente, 5 anos após a graduação – fixando como referência para este último período, a semana entre 15 e 19 de Novembro de 2010. Os indicadores mobilizados para caracterizar a situação profissional destes licenciados seguem os critérios oficiais para as estatísticas do emprego (EUROSTAT, INE).

A análise que encetamos de seguida irá cingir-se a informações recolhidas para o momento em que mediavam cerca de cinco anos desde a graduação dos licenciados UL/UNL e, sempre que possível, esses dados serão confrontados com as estatísticas oficiais para o emprego no momento temporal coincidente com a data de referência da inquirição (INE, IE para o 4º trimestre de 2010) – recorreremos a segmentações que consideram, os graduados do ensino superior no intervalo etário mais aproximado ao dos licenciados inquiridos. Também nos servimos de dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) para graduados do ensino superior.

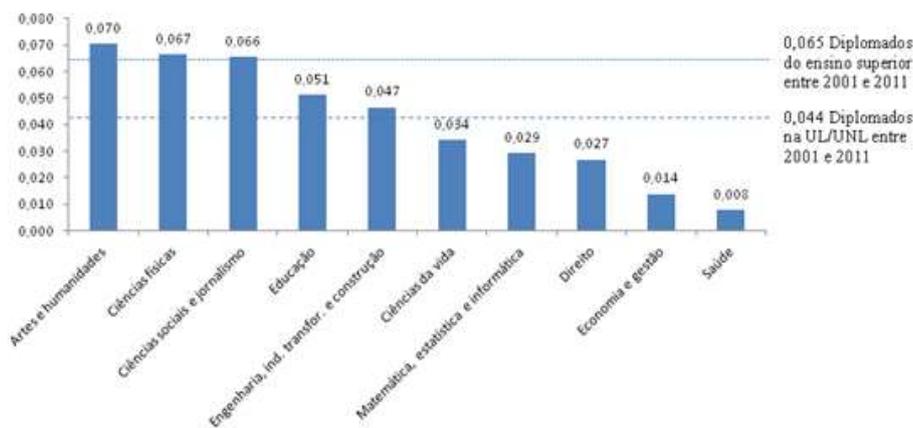
As áreas científicas de formação que consideramos nesta análise são baseadas na Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF) e adaptadas de forma a considerar o tipo de oferta curricular da UL/UNL – onde o conjunto das ciências sociais e humanas e das ciências naturais possuem um grande peso e foram segmentadas, de forma a possibilitar uma leitura mais profícua dos dados (anexo I).

3. Quem são os licenciados UL/UNL empregados?

A noção de empregabilidade adoptada pelo ME baseia-se no rácio entre o número de licenciados inscritos num centro de emprego e o total de licenciados. Sendo este rácio obtido através das estatísticas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) para o conjunto das várias coortes de licenciados do ensino superior entre 2001 e 2011. De acordo com este procedimento (gráfico n.º 1), o rácio de inscritos num centro de emprego considerando o conjunto de licenciados UL/UNL (0,044), é inferior ao da população total de diplomados do ensino superior (0,065), o que deixa antever uma boa empregabilidade dos cursos ministrados nestes dois estabelecimentos de ensino superior. No entanto, quando consideramos as várias áreas científicas de formação, emerge um panorama bastante heterogéneo. De facto, a maioria das áreas coloca-se abaixo do

valor de referência nacional, porém as ciências sociais e jornalismo, as ciências físicas e as artes e humanidades colocam-se acima dessa fasquia (respectivamente 0,066, 0,067 e 0,070). Já as restantes áreas apresentam um rácio inferior à média nacional, destacando-se a economia e gestão (0,014) e, especialmente, a saúde (0,008) como as áreas científicas de formação onde, de acordo com estes dados oficiais, existem menos licenciados inscritos em centros de emprego.

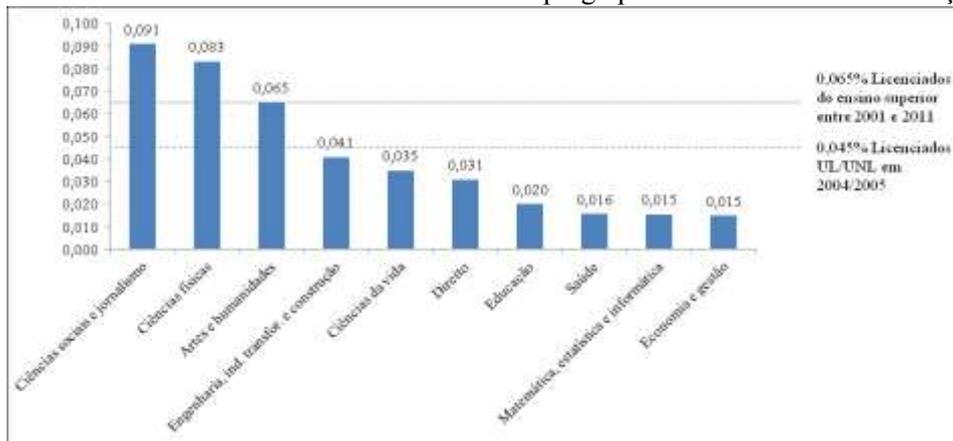
Gráfico 1 - Rácio de licenciados entre 2001 e 2011 na UL/UNL inscritos em centros de emprego por área científica de formação.



Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.; Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência.

Ao observar apenas os dados recolhidos para a coorte de licenciados UL/UNL de 2004/2005 e ao fixar o momento de observação em cinco anos após a graduação (gráfico n.º 2), verificamos que o cenário traçado para o conjunto das coortes de licenciados entre 2001 e 2011, sofre apenas ligeiras alterações. Desde logo, o número de inscrições em centros de emprego aumenta ligeiramente, provavelmente reflexo da degradação do mercado de trabalho que se verifica desde o início deste século. Considerando as várias áreas científicas de formação podemos encontrar, face à análise anterior, algumas trocas de posição entre elas, ainda assim, estas flutuações não alteram grandemente as tendências gerais acima observadas. Destacamos apenas a descida significativa do rácio de desempregados no caso da educação (de 0,051 para 0,020) que pode revelar uma empregabilidade positiva dos licenciados em educação em 2005/2006 face às coortes de licenciado que os antecedem e sucedem.

Gráfico 2 - Rácio de inscritos em centros de emprego por área científica de formação.



Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL; Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.; Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência do Ministério da Educação e Ciência.

Antes de se avançar com esta análise vale a pena questionarmo-nos, por momentos, qual a situação perante a actividade (aferida de acordo com os critérios do INE) dos licenciados inscritos em centros de emprego (quadro n.º 1). Será que todos eles estão, de facto, desempregados? Com efeito, a associação entre estas duas

variáveis permite observar um desencontro, até certo ponto surpreendente, entre inscrições num centro de emprego e situações perante a actividade.

Verificamos que mais de 62% dos inscritos num centro de emprego são classificados como empregados ou inactivos (respectivamente, 48,9% e 13,3%) e que cerca de 29% dos desempregados não estão inscritos num centro de emprego. A falta de linearidade entre estas duas variáveis merece reflexão alongada para a qual não dispomos aqui de oportunidade. Ainda assim, podemos avançar algumas hipóteses para este desfasamento, a que não iremos porém dar resposta: no caso dos empregados inscritos em centros de emprego possivelmente estamos perante falta de eficácia burocrática (quer na actualização das inscrições, quer na fiscalização da sua legalidade); os inscritos em centros de emprego que não realizam diligências activas na procura por um emprego, e como tal, são classificados como inactivos, podem representar situações preocupantes de desmotivação e alienação; os desempregados não inscritos em centros de emprego estarão porventura mais aliados a situações de desemprego recente ou de exclusão social.

Quadro 1 - Situação na actividade por inscrição num centro de emprego (%).

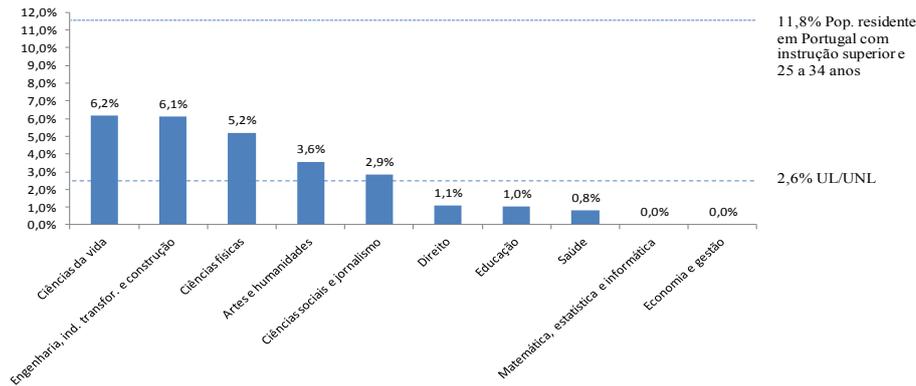
		Inscrição num centro de emprego			Total	
		Sim	Não	Ns/Nr		
Situação perante a actividade	Empregado	% coluna	48,9%	90,1%	100,0%	88,4%
		% linha	2,5%	95,6%	1,9%	100,0%
	Desempregado	% coluna	37,8%	0,7%	0,0%	2,4%
		% linha	70,8%	29,2%	0,0%	100,0%
	Inactivo	% coluna	13,3%	9,1%	0,0%	9,2%
		% linha	6,5%	93,5%	0,0%	100,0%

Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL.

Posto isto, acreditamos que aferir quem encontrou, ou não, um emprego, não deve ser averiguado através da inscrição num centro de emprego, essencialmente porque, no caso dos licenciados UL/UNL inquiridos, este indicador não parece ser consentâneo com a situação perante a actividade. Sugerimos então que a medição siga os critérios oficiais de classificação da situação perante a actividade (INE) que, sem desfasamentos legais, burocráticos ou temporais pode determinar com exactidão quem possui um trabalho remunerado no momento em que se pretende realizar essa medição. Além disso, este indicador possibilita o confronto directo com as estatísticas nacionais e internacionais para o emprego. De forma a facilitar a leitura do número de diplomados empregados optámos por calcular a taxa de desemprego para cada área científica de formação e total dos licenciados UL/UNL, confrontando-a com a taxa de desemprego para a população residente em Portugal (gráfico n.º3).

De acordo com os valores do INE, entre os indivíduos com o nível de instrução superior que se situavam na faixa etária 25-34 anos, a que mais se aproximava do intervalo etário onde se situa a esmagadora maioria dos licenciados da UL e da UNL inquiridos¹, a taxa de desemprego cifra-se em 11,8% (IE, 4.º Trimestre de 2010, INE), valor mais de quatro vezes superior à taxa de desemprego apurada para os licenciados UL/UNL. Esta relação aponta, novamente, para a elevada empregabilidade dos licenciados nestas universidades, indiciando a elevada taxa de conversão do seu capital escolar em capitais profissionais. No entanto, essa relação não é unívoca quando observada por área de formação científica. Os licenciados na área da matemática, estatística e informática e de economia e gestão apresentam uma situação de pleno emprego, materializada numa taxa de desemprego de 0%. Em situação similar surgem os licenciados em saúde (0,8%), educação (1%) e direito (1,1%) com taxas de desemprego bastante reduzidas e cerca de dez vezes inferiores ao total nacional e menos de metade do total registado no conjunto UL/UNL. A taxa de desemprego aferida para as restantes áreas científicas de formação, ainda que não se aproxime do valor para a população nacional, coloca-se acima do valor de referência para o total dos licenciados UL/UNL, assume valores relativamente baixos entre os licenciados em ciências sociais e jornalismo (2,9%) e em artes e humanidades (3,6%), e eleva-se bastante nas áreas das ciências físicas (5,2%), das engenharias industriais e construção (6,1%) e das ciências da vida (6,2%).

Gráfico 3 - Taxa de desemprego por área científica de formação.



Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL; Inquérito ao Emprego do INE.

A análise da taxa de desemprego sugere conclusões bastante distintas das obtidas tendo por base as inscrições em centros de emprego. Os licenciados nas áreas científicas de formação de economia e gestão; matemática, estatística e informática; saúde; educação; e direito possuem, simultaneamente, taxas de desemprego menores e menos inscrições em centros de emprego, o que indica uma inserção no mercado de trabalho mais eficiente. Ao assumir uma medição unidimensional do conceito de empregabilidade, independentemente do indicador mobilizado, estas áreas científicas de formação são as que apresentam uma melhor empregabilidade.

Os licenciados nas áreas das ciências sociais e jornalismo e artes e humanidades, apesar de possuírem rácios de inscrição em centros de emprego elevadas (o que indicaria uma fraca empregabilidade), apresentam taxas de desemprego comparativamente reduzidas e, assim, a empregabilidade destas duas áreas científicas de formação não é tão reduzida quanto o rácio de inscrições num centro de emprego parecia indicar.

Os licenciados em ciências físicas apresentam um valor elevado em ambos os indicadores e, assim, a sua dificuldade de inserção profissional é confirmada duplamente. No caso dos licenciados em engenharias industriais e construção e das ciências da vida, o rácio de inscrição num centro de emprego é relativamente baixo, no entanto, quando observamos a taxa de desemprego, emerge um panorama bastante distinto onde, no conjunto da UL/UNL, estes licenciados são os que se confrontam com maiores dificuldades de inserção profissional e, portanto, os que possuem índices de empregabilidade menores.

4. Como estão os licenciados UL/UNL empregados?

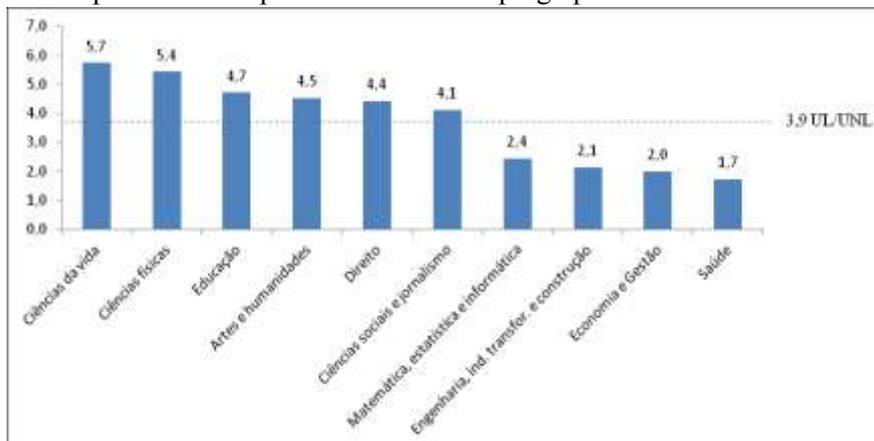
Como avançamos, o nosso entendimento da noção de empregabilidade aponta para uma visão multidimensional deste conceito, na qual se concatenam vários vectores além de posse de um trabalho remunerado.

Assim, procuramos primeiro perceber quanto tempo mediou desde que os licenciados UL/UNL finalizaram as suas licenciaturas (gráfico n.º4) até encontrarem um emprego. Antes de iniciar a leitura convém assinalar que o INE não possui informação para este indicador, assim sendo, não se incluem dados para o total da população nacional.

Se atendermos às baixas taxas de desemprego registadas para os licenciados UL/UNL não surpreende que o tempo médio para encontrar um emprego seja também reduzido. No total dos licenciados UL/UNL não ultrapassa os 4 meses e, por áreas científicas de formação, são os licenciados em saúde que mais rapidamente obtêm um emprego após terminarem o seu curso (1,7 meses). Os licenciados em economia e gestão, engenharias e construção e matemática, estatística e informática demoram cerca de dois meses para encontrar um emprego (respectivamente, 2, 2,1 e 2,4 meses). O tempo médio para encontrar um emprego após a graduação para os licenciados nas restantes áreas científicas de formação coloca-se já acima da média total da UL/UNL, ainda assim, encontramos dois grupos distintos: o primeiro inclui os licenciados em ciências

sociais e jornalismo, direito, artes e humanidades e educação que tardam entre quatro e cinco meses a encontrar um emprego após a conclusão das suas licenciaturas; o segundo, composto por licenciados em ciências físicas e ciências da vida, o hiato temporal entre licenciatura e trabalho prolonga-se por mais de cinco meses.

Gráfico 4 - Tempo necessário para se obter um emprego por área científica de formação (meses)*.



* - Foram excluídos deste apuramento 0,4% de licenciados que afirmam “nunca ter encontrado um emprego” e 1,7% que não respondem a esta questão.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL.

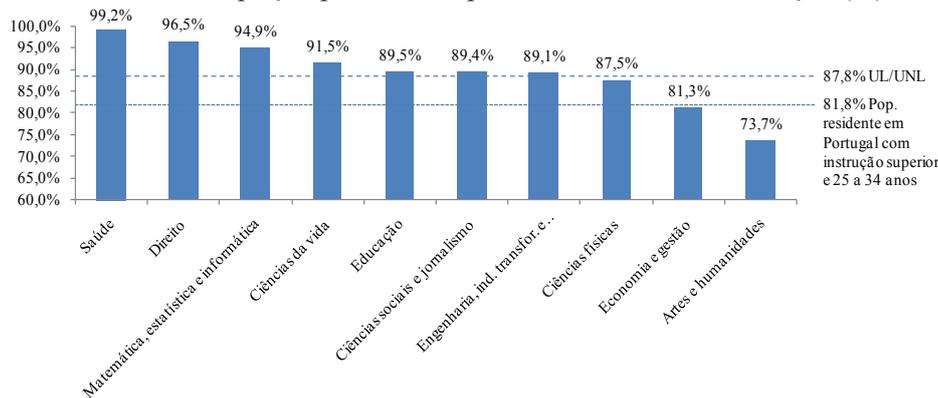
Encarando a empregabilidade como uma medição que também deve incluir o tipo de emprego alcançado, podemos também mapear algumas das principais características do trabalho remunerado que os licenciados UL/UNL obtiveram: *o grau de ajustamento entre o nível de formação e a actividade profissional; os níveis de rendimento; e a situação contratual.*

O índice de adequação profissional é calculado por recurso ao critério do EUROSTATⁱⁱ, que considera os três primeiros Grandes Grupos da Classificação Portuguesa das Profissões (CPP2010), adequados a graduados do ensino superior. Este índice (gráfico n.º 5) assinala uma forte prevalência de adequação profissional entre os licenciados na UL e na UNL que ultrapassa a fasquia dos 87%, para a população em território nacional é ligeiramente menos vincada e queda-se em 81,8%. Os valores obtidos para este índice apontam para que, por norma, e ao contrário do que é amplamente difundido pelos meios de comunicação social, a inserção no mercado de trabalho não corresponde a processos de desclassificação social.

Os licenciados em artes e humanidades são os que apresentam índices menores de adequação profissional (73,7%). Aquém da média nacional, e com alguma surpresa, encontramos também os licenciados em economia e gestão (81,3%). Este último valor pode ser explicado, em grande medida, através da classificação que na CPP/2010 é atribuída aos “empregados bancários” (Grande Grupo 4), profissão com uma elevada expressão entre estes graduados.

O índice de adequação aferido para os licenciados nas restantes áreas científicas assume sempre valores elevados que tangem os 90% ou, no caso da saúde e direito, se aproximam dos 100%.

Gráfico 5 - Adequação profissional por área científica de formação (%)*.



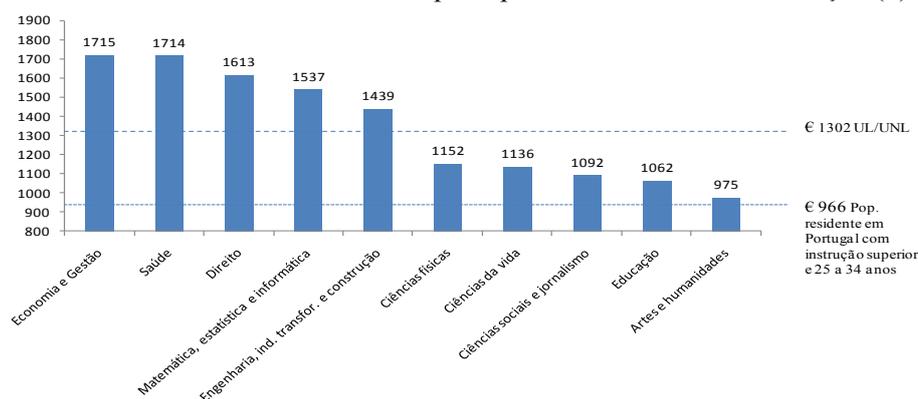
*- O cálculo do indicador de adequação profissional exclui os casos em que a profissão não foi apurada ou não pode ser classificada de acordo com a CPP2010 (0,1%).

Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL; Inquérito ao Emprego do INE.

Examinemos agora os níveis de rendimento mensal líquido alcançados pelos licenciados da UL/UNL, cinco anos volvidos sobre a conclusão da licenciatura (gráfico n.º 6). Antes de iniciar a leitura, é importante notar que os valores fornecidos pelo INE incluem apenas trabalhadores por conta de outrem, enquanto os “nossos” dados contabilizam o total de empregados, no qual, cerca de 10% trabalham por conta própria.

Estes dados revelam, desde logo, um efeito de distinção entre os licenciados UL/UNL (rendimento médio de € 1302) por comparação com a população empregada por conta de outrem, com instrução superior e, idade entre 25 e 34 anos (rendimento médio de € 966). No cume desta diferenciação positiva encontram-se os licenciados em economia e gestão (€ 1715) e em saúde (€ 1714). Com um rendimento mensal líquido aproximado aos valores mais elevados surgem os licenciados em direito (€ 1613) e, já a alguma distância, os licenciados em matemática, estatística e informática (€ 1537) e os licenciados em engenharias e construção (€ 1439). Encontramos então um grupo constituído pelos licenciados em ciências físicas, ciências da vida, ciências sociais e jornalismo e educação com rendimentos salariais líquidos que, em média, oscilam entre os € 1062 e € 1152. Os licenciados de artes e humanidades são os que auferem vencimentos menos elevados e que se aproximam da média nacional (€ 975).

Gráfico 6 - Rendimento mensal líquido por área científica de formação (€)*.



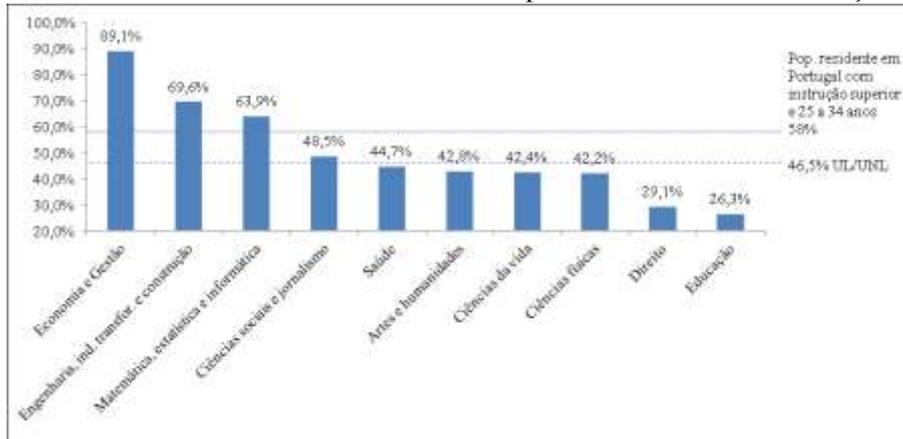
* - Cálculo a partir do valor numeral do vencimento salarial líquido com a actividade profissional principal

Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL; Inquérito ao Emprego do INE.

Para caracterizar o género de vínculos laborais que caracterizam o trabalho remunerado dos licenciados da UL/UNL, debruçamo-nos apenas sobre a forma contratual mais estável – os “contratos sem termo” (gráfico n.º 7). As observações mais relevantes passam pelo ascendente da modalidade de contrato sem termo entre a população empregada por conta de outrem, em Portugal, com idades entre os 25 e os 34 anos, e instrução

superior (58%), assim como pela forma como este se atenua junto dos licenciados UL/UNL inquiridos (46,5%). Acima do valor de referência nacional apenas encontramos os licenciados em três áreas científicas: os de economia e gestão que apresentam uma percentagem esmagadora de contratos sem termo (89,1%); os de engenharias e construção, que superam a fasquia nacional em mais de 10% (69%); e os de matemática, estatística e informática que se aproximam da marca nacional, ainda que a superem (63,9%). Para os licenciados nas restantes áreas científicas de formação os contratos sem termo não ultrapassam os 50%, sendo que apenas uma pequena porção dos licenciados em direito e em educação possuem este género de contratos (respectivamente, 29,1% e 26,3%).

Gráfico 7 - Contratos de trabalho sem termo por área científica de formação (%)*.



*- Para esta repartição percentual foram contabilizados apenas os que declaram possuir um contrato escrito de trabalho (73,8%). O INE só divulga dados sobre os contratos de trabalho para trabalhadores por conta de outrem.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL; Inquérito ao Emprego do INE.

5. Notas conclusivas

Após este pequeno périplo em torno das “grandes tendências” dos dados recolhidos para os licenciados da Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa no ano lectivo de 2004/2005, cinco anos após a sua graduação, podemos encontrar indícios de que estes licenciados encetam percursos de inserção profissional mais auspiciosos do que o conjunto da população em Portugal com idades e níveis de instrução semelhantes. Assim, podemos afirmar que os licenciados UL/UNL são detentores de um capital escolar sólido que potencia a obtenção de capitais profissionais e, portanto, contribui para níveis de empregabilidade elevados.

Se cingirmos a medição da empregabilidade, tal como sugere o ME, ao rácio entre o número total de licenciados e o número dos que estão inscritos num centro de emprego, comparando-o depois com igual rácio para o total de licenciados nas instituições do ensino superior em Portugal, apenas conseguimos caracterizar como negativa a empregabilidade dos cursos nas áreas das ciências físicas e, em especial, das ciências sociais e jornalismo.

Porém, este cenário genérico traçado por uma medição unidimensional não permite captar grande parte da complexidade do processo que rodeia a empregabilidade destes licenciados. Desde logo, a situação perante a actividade não é consentânea com o facto de estarem, ou não, inscritos em centros de emprego, assim como o hiato temporal entre terminarem a licenciatura e encontrarem um trabalho remunerado revela diferenças sensíveis entre as suas áreas científicas de formação, acrescem ainda as diferentes características dos trabalhos que encontram. Para melhor visualizar estas diferenças construímos uma análise qualitativa que resume a informação divulgada até este momento (quadro n.º 2). A lógica de construção seguida qualifica como “melhor” (+) ou “pior” (-) o valor obtido pelos licenciados em cada um dos indicadores por área científica de formação, primeiro face à população nacional com instrução e idades aproximadas, e depois no confronto com os valores médios para estes licenciados considerados no seu conjunto. A esta análise segue-

se uma contagem do número de classificações “melhor” de cada uma das áreas científicas de formação (máximo de 9 possíveis).

Quadro 2 – Análise qualitativa das áreas científicas de formação.

	Taxa de desemprego		Tempo para encontrar trabalho remunerado*		Adequação profissional		Rendimento líquido mensal		Contrato de trabalho "sem termo"		Total "+"
	Pop. Nac.	UL/UNL	Pop. Nac.	UL/UNL	Pop. Nac.	UL/UNL	Pop. Nac.	UL/UNL	Pop. Nac.	UL/UNL	
Matemática, estatística e informática	+	+		+	+	+	+	+	+	+	9
Engenharia, ind. transfor. e construção	+	-		+	+	+	+	+	+	+	8
Economia e gestão	+	+		+	-	-	+	+	+	+	7
Saúde	+	+		+	+	+	+	+	-	-	7
Direito	+	+		-	+	+	+	+	-	-	6
Educação	+	+		-	+	+	+	-	-	-	5
Ciências sociais e jornalismo	+	-		-	+	+	+	-	-	-	5
Ciências da vida	+	-		-	+	+	+	-	-	-	4
Ciências físicas	+	-		-	+	-	+	-	-	-	3
Artes e humanidades	+	-		-	-	-	+	-	-	-	2

* - Não possuímos valores para o total da população nacional de graduados.

Fonte: Projecto Percursos Inserção Licenciados UL/UNL; Inquérito ao Emprego do INE.

A partir do quadro n.º 2 podemos verificar um cenário heterogéneo entre as várias áreas científicas de formação. Os licenciados em matemática, estatística e informática são os que obtêm melhor performance, superando a população nacional e os seus colegas da UL/UNL em todos os indicadores considerados. Seguem-se os licenciados em engenharias e construção que obtêm apenas uma classificação negativa proveniente da sua taxa de desemprego, mais elevada do que a média para o conjunto destas universidades. Os licenciados em economia e gestão, assim como os em saúde, surgem empatados nesta análise (7 avaliações positivas), os primeiros perdem terreno na medição da adequação profissional, os segundos no tipo de vínculos contratuais que possuem. Os licenciados em direito possuem uma avaliação similar aos da área da saúde, apenas se distinguem destes por tardar a encontrar o seu primeiro emprego, ainda assim, reúnem seis valores positivos e a sua empregabilidade é maioritariamente positiva. Os licenciados em educação e em ciências sociais e jornalismo possuem a mesma avaliação total (5 avaliações positivas), ambos são penalizados por baixos rendimentos salariais, porém, os licenciados em ciências sociais e jornalismo possuem melhores situações contratuais, enquanto os licenciados em educação obtêm uma taxa de desemprego mais reduzida.

As restantes três áreas científicas de formação apresentam mais avaliações negativas do que positivas, revelando assim uma empregabilidade reduzida. Para os licenciados na área das ciências da vida o aspecto mais saliente é a adequação entre o emprego e o grau académico, e apenas reúnem 4 avaliações positivas num total de 9 possíveis; os licenciados na área das ciências físicas não obtêm nenhuma avaliação “melhor” que o valor de referência para o conjunto UL/UNL, superando a população nacional unicamente em 3 indicadores (taxa de desemprego, adequação profissional e rendimento líquido mensal). Por último, os licenciados em artes e humanidades reúnem apenas 2 avaliações positivas: uma taxa de desemprego menor que a da população nacional, ainda que as profissões dos licenciados empregados se revelem pouco adequadas ao seu grau académico; e vencimentos acima do valor médio dos graduados portugueses em faixa etária semelhante, ainda que superem essa marca por menos de uma dezena de euros.

Ainda que estes resultados tentem apenas servir com matéria para uma reflexão alargada do conceito de empregabilidade e da sua operacionalização em estudos quantitativos que consideramos imprescindível, ao longo desta comunicação foi aventada uma forma de conceptualizar e aferir o perfil de empregabilidade para os licenciados da UL/UNL em 2004/2005 cerca de cinco anos após a sua graduação. Esse perfil permitiu seriar as várias áreas científicas de formação dos licenciados, sugerindo assim uma leitura possível para o nível de empregabilidade de cada área científica.

Entendemos que o desenvolvimento de investigações científicas neste âmbito é absolutamente vital, uma vez que ocorre um debate público que tem insistido para que o ensino superior desenvolva a empregabilidade dos seus graduados, indo ao encontro das necessidades dos empregadores. E recentemente, o termo empregabilidade é adoptado pelo Ministério da Educação português como um dos aspectos que determina o número de vagas de cada curso do ensino superior. Acrescentamos ainda que se torna fundamental produzir e divulgar informação avalizada acerca da empregabilidade de todas as formações escolares, especialmente as de nível superior, de forma a auxiliar os indivíduos na hora de traçarem as suas estratégias pessoais de formação e de construírem as suas expectativas profissionais.

Bibliografia

Alves, Mariana Gaio (2009). Ensino superior, trabalho e emprego na actual sociedade de risco: um olhar sobre o caso de mestres e doutores, *Sociologia, problemas e práticas*, 59, 107-124.

Alves, Natália (2009). *Inserção profissional e formas identitárias*. Lisboa: Educa.

Balassiano, Moisés, Seabra, A., Lemos, A. (2005). Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?, *RAC*, 9-4, 31-52.

Chaves, Miguel, Morais, C., Sedas Nunes, J. (2011). Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes, *Forum Sociológico*, 17, 1-25.

Figueira, Eduardo, Silva, S., Rainha, L. (2004). Participação na formação contínua: uma necessidade para uma empregabilidade sustentável na região do Alentejo, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, 39-43.

Marques, Ana Paula (2001). Dinâmicas da relação entre trabalho e emprego: o fetiche da «empregabilidade permanente», *Sociedade e Cultura* 3, *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 16 (1-2), 167-186.

Saúde, Sandra, Delgado, A. (2004). Empregabilidade e novas competências: Identificação de perfis e de factores de limitação à inserção profissional dos estudantes do ensino superior politécnico – um estudo de caso, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, 99-105.

Schultz, Theodore (1963). *The economic value of education*. New York: Columbia University Press.

ⁱ No momento da inquirição, 91,1% dos licenciados da UNL situavam-se na faixa etária 25-34 anos.

ⁱⁱ Com efeito, as três primeiras categorias da International Standard Classification of Occupations (ISCO), que integra a Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), são reconhecidas como aquelas que “include posts to be typically occupied by tertiary education graduates”. Cf: Eurostat (2009), *Bologna Process in Higher Education in Europe. Key Indicators on the Social Dimension and Mobility*, Luxemburgo: Office for the Official Publications of the European Communities, pp. 131-137.